

ADVERSO

Nº 180 - Agosto de 2010

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA
...CORREIOS...

ISSN 1980315- X



9 771980 315002

0 0180

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PROIFES
07 agosto
2010 Brasília DF, Brasil

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PROIFES

Encontro do Proifes define ações do Movimento Docente

Evento realizado em Brasília reuniu entidades internacionais e deliberou sobre carreira docente, segurança jurídica, estrutura do estatuto, aspectos da carreira do EBTT e ES, e contribuição dos inativos, além de debater sobre a Educação no Brasil e América Latina.

Páginas 09 a 13



Você agora tem mais um programa
para as manhãs de terças-feiras

Adufrgs no Ar

às 10h05min, na Rádio da Universidade, AM estéreo, 1080 KHz



Acompanhe também pela internet, através do endereço <http://www.ufrgs.br/radio/index.html>



Sindicato dos Professores das Instituições
Federais de Ensino Superior de Porto Alegre
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufgrs.org.br
www.adufgrs.org.br

Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollenben
1ª Secretária - Daniela Marzola Fialho
2ª Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3ª Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2ª Tesoureira - Maria da Graça Saraiva Marques
3ª Tesoureira - Ana Paula Ravazzolo

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

ISSN 1980315-X



Edição: Adriana Lampert
Reportagens: Cláudia Rodrigues,
Luana Dalzotto e Marco Aurélio Weissheimer
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Facundo de Arriba (estagiário)
Ilustração: Mario Guerreiro
Arte Final: Julio CC Lima Jr
Fotos da Capa: Maricélia Pinheiro/ Adufrgs-Sindical

Estrutura de Carreira e Salário

O semestre iniciou trazendo grandes preocupações para os docentes das instituições federais de ensino superior (Ifes). Em julho, fomos informados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que o Projeto de Lei (PL) sobre a Carreira do Magistério Superior já estava pronto e seria imediatamente enviado ao Congresso Nacional. Posteriormente, pressionado pelos docentes - inconformados pela existência deste PL, construído sem a participação dos professores - o governo desistiu de enviar ao Congresso o projeto de lei. Somente nesta ocasião, entregou a cópia à categoria para que fosse avaliado e fossem sugeridas alterações.

Entretanto, o governo alertou que a margem para alterações seria pequena, e que a eventual repercussão financeira deveria ficar limitada à margem do crescimento vegetativo da folha de pessoal de um ano para outro. Em relação à questão dos aposentados, foi enfático: "É preciso afastar a ideia de que o docente que se aposentou continua na carreira". Com estas recomendações, deu-se início às discussões sobre o assunto nas Ifes. Para a defesa desta proposta, há o argumento que, além de beneficiar os professores titulares, favorece, principalmente, os docentes contratados nos últimos 15 anos, que passarão a ter uma carreira mais longa e salários melhores.

É louvável que um gestor preocupado em criar condições para a melhoria da qualidade da educação no ensino superior, busque estruturar carreiras a serem percorridas ao longo de uma vida de trabalho com vencimentos dignos e estímulos à qualificação profissional. Contudo, não apenas as boas intenções nortearam a formatação desse projeto, que contém discriminações, viola a segurança jurídica, ignora a tríade básica da universidade pública - ensino, pesquisa e extensão - não estimula a qualificação, e fere a autonomia da universidade. Urge que este PL seja submetido a uma análise profunda, ampla e muito cuidadosa, principalmente pelas armadilhas que ele pode conter.

É preciso que não vejamos a reestruturação, ou estruturação, da carreira como um recurso para que, na perspectiva de estagnação salarial, os professores tenham aumentos em seus vencimentos. Um exemplo do que isto pode causar, foi o que ocorreu na década de 70, quando os servidores públicos federais, até então regidos pelo antigo estatuto (Lei 1711/52), passaram a ser contratados sob o regime da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). E, sob uma política de incentivo, muitos servidores estatutários migraram para o regime celetista, encantados pelas vantagens que lhes foram acenadas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Aposentando-se neste regime, ficaram excluídos dos benefícios do Regime Jurídico Único, instituído pelo Congresso Nacional, em 1990, para os servidores públicos.

Foram vítimas de uma artimanha do estado, que os retirou da folha de pagamento do Tesouro Nacional, dando-lhes em troca péssimas aposentadorias. A diretoria da Adufrgs-Sindical alerta para que não se confunda estrutura de carreira docente com ganhos salariais imediatos. Como responsável pelos interesses e direitos de seus associados, a Entidade solicita participação unânime nesta discussão e manifesta seu empenho na defesa de todos seus associados - professores ativos, aposentados e pensionistas - na construção de uma carreira digna e justa para a universidade pública federal.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

ÍNDICE

04**EDUCAÇÃO****LEGISLAÇÃO**

Ufrgs promove seminário
sobre assédio moral
por Luana Dalzotto

07**08****SINDICAL**

Proifes e governo avançam nas
negociações da carreira docente
por Maricélia Pinheiro

CENTRAL

Encontro do Proifes define
ações do Movimento Docente
por Maricélia Pinheiro

09**14****VIDA NO CAMPUS**

Um mundo com menos cores
por Luana Dalzotto

PING PONG

Edison Guilherme Haubert

"Há sinalização de que o governo
está disposto a barrar a PEC 555"
por Maricélia Pinheiro

16**18****ESPECIAL**

Pampa e Litoral Norte, duas regiões
ameaçadas no Rio Grande do Sul
por Marco Aurélio Weissheimer

NOTÍCIAS**20****21****OBSERVATÓRIO****NAVEGUE****22****23****ORELHA****EM FOCO**

Professor Círio: a alma do
Instituto de Artes da Ufrgs
por Cláudia Rodrigues

24**26****+ 1****SANTIAGO****27**

Ano eleitoral inspira propostas para as universidades públicas

A campanha eleitoral à presidência da República, no que diz respeito à situação da universidade pública brasileira, não traz maiores polêmicas ou novidades. A revista Adverso visitou os sites dos quatro principais candidatos a dirigente do País – Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB), Marina Silva (PV) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) – para levantar as propostas apresentadas para o assunto. Não há nenhuma divergência de fundo, indicando uma aparente aprovação às atuais políticas do governo federal para o setor.

A candidata Dilma Rousseff, como era de se esperar, anuncia que pretende dar continuidade ao que o governo Lula vem fazendo, expandindo a universidade pública, acelerando o processo de interiorização e ampliando o Programa Universidade para Todos (ProUni). José Serra, principal candidato da oposição, repete proposta feita por Alckmin em 2006 e diz que pretende criar o ProUni do ensino técnico, o ProTec, um programa de bolsas para o ensino profissionalizante. Já Marina Silva fala em valorizar os cursos de licenciatura curta e a área das ciências exatas. E Plínio de Arruda Sampaio defende a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para garantir uma educação pública de qualidade em todos os níveis. Confira as principais propostas:

Dilma: expansão da universidade pública e ampliação do ProUni

A candidata Dilma Rousseff pretende manter e aprofundar as principais políticas do governo Lula para o ensino superior público: expansão da universidade pública, interiorização dos campi pelo País, construção de uma escola técnica nos municípios com mais de 50 mil habitantes e ampliação do ProUni. Uma das prioridades será acelerar o processo de interiorização nas cidades pólos das diferentes regiões, especializando os cursos, de acordo com as vocações de cada local ou de cada economia. Nas cidades menores, a proposta é expandir o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UAB foi criada em 2005 e é uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), estados e municípios - integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior à distância. A sugestão é que estados e municípios disponham de pólos presenciais com a oferta de bibliotecas, laboratórios pedagógicos e de informática, tutores presenciais para atendimento e sala para videoconferência. A prioridade é a formação de professores para a educação básica.

A candidata diz que a Educação será prioridade máxima em seu governo e anuncia que a universidade terá o papel de garantir a formação continuada para todos os professores, desde o ensino fundamental. Outro projeto que Dilma promete priorizar é a construção de escolas técnicas federais em municípios com mais de 50 mil habitantes e em cidades pólos das microrregiões.



Plínio de Arruda Sampaio: 10% do PIB para a educação pública

As diretrizes gerais do programa de governo do candidato do PSOL à presidência da República, Plínio de Arruda Sampaio, afirmam no item 15 de uma série de 25 pontos disponíveis na página do partido na internet que deverá ocorrer "Defesa do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e destinação de 10% do PIB para garantir educação pública em todos os níveis". Não há nenhuma menção específica à situação da universidade pública.

Serra: valorização do ensino técnico



A página do candidato José Serra na internet informa que o programa de governo da candidatura tucana tem um espírito colaborativo. Não há propostas específicas para a universidade pública feitas pelo próprio candidato. Serra anuncia que pretende dar grande impulso ao ensino técnico, criando um milhão de novas vagas por meio de cursos ministrados por Senai, Senac, empresas, entidades, universidades públicas e privadas. Assim como o ProUni, que dispõe de bolsas para os alunos das faculdades privadas credenciadas, o candidato do PSDB diz que vai criar o ProTec, programa de bolsas de estudos integrais ou parciais para cursos técnicos em todo o País.

Não se trata de uma proposta original. A mesma, inclusive com nome idêntico, fez parte do programa de governo de Geraldo Alckmin na eleição presidencial de 2006. "Implementar o Protec, programa de bolsas de estudo que permitirá o acesso das pessoas de baixa renda ao ensino técnico oferecido por instituições particulares de comprovada qualidade", prometia o então candidato em seu conjunto de propostas.

Em seu programa de governo, Serra enuncia suas prioridades para o setor: "Faço questão de explicitar três compromissos com a Educação. O primeiro, é dar prioridade à qualidade do ensino, que exige reforçar o aprendizado na sala de aula, começando por colocar dois professores por sala na primeira série do ensino fundamental. O segundo, é criar mais de um milhão de novas vagas em novas escolas técnicas, com cursos de um ano e meio de duração, de nível médio, por todo o Brasil. O terceiro, é multiplicar os cursos de qualificação, mais curtos, para trabalhadores desempregados".

Marina Silva: educação para a sociedade do conhecimento

A candidata do Partido Verde (PV), Marina Silva, na apresentação das diretrizes gerais de seu programa de governo prioriza a valorização da Educação para a construção de uma "sociedade do conhecimento". No que diz respeito à universidade, ela promete a ampliação do ensino superior e da produção da ciência, valorizando "as licenciaturas curtas, especialmente aquelas voltadas para áreas de novas tecnologias e das ciências exatas".

Marina ressalta que possibilitar um acesso mais democrático ao ensino superior, em especial à sua modalidade pública e gratuita, é essencial, não apenas para garantir que direitos sociais sejam viabilizados, mas para que o País possa avançar na construção de conhecimento e de novas estratégias para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, entre eles o mundo do trabalho. Incentivar e apoiar as licenciaturas curtas, especialmente aquelas voltadas para áreas de novas tecnologias e para formação de professores nas ciências exatas, e criar centros de excelência para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possibilitem respostas aos desafios de um desenvolvimento sustentável e da vida no planeta são algumas das principais propostas que apresenta.

A candidata promete ainda estabelecer "o diálogo constante entre saber científico e popular", por meio de incentivos, para que todos os estudantes universitários realizem atividades de extensão, buscando concretizar a função social das instituições de ensino superior. Para tanto, promete ampliar os recursos para extensão universitária e integralizar as atividades de extensão nas grades curriculares.



Para obter mais informações, acesse os sites das candidaturas

Dilma Rousseff – www.dilma13.com.br

José Serra – www.serra45.com.br

Marina Silva – www.minhamarina.org.br

Plínio de Arruda Sampaio – www.plinio50.com.br

Zé Maria (PSTU) – www.zemariapresidente.org.br

José Maria Eymael (PSDC) – www.eymael27.com.br

Ivan Pinheiro (PCB) – www.pcb.org.br

Rui Pimenta (PCO) – www.pco.org.br/ruicostapimenta

José Levy Fidelix da Cruz (PRTB) – www.prtb.org.br

Turno integral no ensino público pode virar lei

A proposta que institui o turno integral nos estabelecimentos públicos de ensino deve ser votada ainda este mês. Se aprovada, colocar os filhos na escola durante dois períodos não será uma opção dos pais, mas uma obrigação das instituições de ensino.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que existe relação entre maior permanência no colégio e bons resultados no desempenho do aluno. Outra pesquisa aponta, também, que o aumento da jornada escolar diminui a violência urbana e o impacto da desigualdade social.

Apesar destes indicativos, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Governo Federal, o investimento necessário para implementar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 134/2007, do deputado federal Alcení Guerra, é caro, pois ultrapassa R\$ 20 bilhões. O cálculo foi feito com base no valor mínimo pago por aluno, que varia de acordo com cada estado brasileiro.


A favor do projeto, o Ministério da Educação (MEC) afirma que a diferença entre a quantia gasta com os estudantes que permanecem no colégio por quatro horas diárias para aqueles que ficam oito horas, é pequena. A primeira custa ao governo cerca de R\$ 1,2 mil por ano. A segunda, em torno de R\$ 1,6 mil.

Enquanto o Ipea avalia como onerosa a proposta do turno integral nas escolas, onde o estudante custará não mais que R\$ 200,00 por mês para o governo federal, o Rio Grande do Sul se prepara para pagar até R\$ 2,7 mil ao mês por cada apenado do complexo penitenciário que será construído em Canoas.

Certamente, um projeto não inviabiliza o outro, pois ambos são importantes para a construção de uma sociedade melhor. Maria Luiza Ambros von Holleben, professora e 2ª vice-presidente da Adufrgs-Sindical, acredita que o assunto merece reflexão. "Nesse caso específico, a recuperação social de um adulto sai dez vezes mais cara que os gastos com a educação de uma criança. Além disso, se nossas crianças e adolescentes tivessem acesso a uma educação de qualidade, a violência seria reduzida, e, com ela, o número de apenados", avalia.

Projetada para ser a prisão mais moderna do Estado, e talvez do Brasil, a penitenciária que será construída em Canoas abrigará até três mil presos, que terão à disposição uma infraestrutura incomum. O investimento na obra é estimado em R\$ 200 milhões, bancados pelo consórcio que vai gerir o complexo e cobrar mensalmente do Estado os gastos com presos a partir da ocupação das celas. A previsão é de que a penitenciária entre em funcionamento em 2013.

O complexo, localizado numa área de 54 hectares, terá 11 prédios de, no máximo, dois andares, dos quais sete serão destinados à carceragem. Cada cela no regime fechado comportará no máximo quatro detentos.

Nas unidades de apoio, estão previstas centrais de serviços, posto de saúde e áreas para a guarda e operações táticas, que ficarão em prontidão 24 horas. A proposta é recuperar os detentos apostando em educação, recreação, assistência social, aprendizado profissionalizante e trabalho. A prisão terá bibliotecas, salas de aulas e de TV, oficinas, quadras esportivas, cozinhas e lavanderias. 



Quando a ofensa vira rotina

Continuidade, repetição. Essas são as principais características do assédio moral, um tema ainda novo no Brasil

Por Luana Dalzotto

Apesar do assédio moral não ser um comportamento novo - a literatura especializada afirma que a imposição de condutas desmoralizantes ao trabalhador acontece desde os primórdios da humanidade -, o tema ainda é pouco discutido no Brasil. Um exemplo disso é que apenas órgãos públicos têm legislação específica sobre o assunto e as estatísticas, ou seja, números de casos no País, não são exatas.

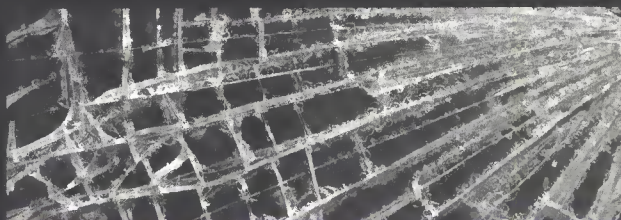
Muito dessa incerteza em relação ao número de ocorrências pode estar relacionado ao medo e à falta de estrutura das empresas e instituições para receber denúncias. "O ideal seria que o problema fosse solucionado no próprio ambiente de trabalho, evitando, assim, implicações judiciais", avisa Márcia Medeiros de Farias, Procuradora do Trabalho, do Núcleo de Proteção à Dignidade do Trabalhador, do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Estado.

Sem um órgão específico para tratar do assunto, mas atenta, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) irá promover um seminário para discutir e esclarecer o tema com os seus servidores. O evento deve acontecer em outubro e, conforme Vânia Cristina Santos Pereira, vice pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Instituição, o ineditismo do tema foi o principal incentivo para a realização do seminário. "Nunca recebemos denúncias de assédio moral, mas como ainda não debatemos o assunto, achamos interessante abordá-lo", afirma.

Para Márcia, além de ser fruto da falta de informação e de relações patriarcais e paternalistas da sociedade, o comportamento individualista do ser humano, a diminuição de ofertas de emprego e o aumento da competitividade, aumentam as chances de acontecer o assédio. "Tudo isso deixa o ambiente de trabalho mais hostil e, por isso, mais propício a posturas ofensivas", acredita.

A fim de acabar com essas condutas, o MPT vem realizando campanhas que visam esclarecer o que é, como combater e como proceder em casos de assédio moral. E, por entender que essas situações geram danos morais coletivos, o órgão sugere que a empresa responsável custeie palestras e campanhas informativas sobre o tema.

"As pessoas precisam saber que existem situações as quais elas não precisam e não devem se submeter e, também, que não podem fazer com que os outros se submetam", avisa Márcia. "O assédio é uma série de condutas, ações ou omissões que acontecem de forma contínua no local de trabalho visando ofender, humilhar, excluir ou agredir a dignidade e a integridade física ou mental de uma pessoa", conceitua a procuradora.



Um ano na cozinha

Quando voltou a trabalhar - após afastamento por problemas de saúde - já reabilitada pelo INSS, Márcia Minossi foi isolada em um corredor da empresa, junto de outra colega. Sem acesso à internet e sem receber informações da companhia, elas passaram a frequentar a cozinha do local, onde permaneciam durante as seis horas de expediente. A justificativa da operadora era de que não havia outra tarefa, a não ser aquela que Márcia e sua colega não estavam habilitadas a desempenhar em razão da LER. "Éramos alvo de piadas e constrangimentos", conta. Além deste episódio, logo que encerrou a estabilidade prevista pelo INSS, Márcia foi demitida. Agora, as duas trabalhadoras aguardam resultado de processo de assédio moral contra a empresa, e, assim, são um exemplo de pessoas que não se intimidaram e foram atrás de seus direitos.

Experiente, ela explica que "o assédio não é uma agressão que acontece isoladamente. É um processo formado por ofensas contínuas que visa atacar a dignidade e desestabilizar a vida da outra pessoa. O assédio moral não se caracteriza por meio de uma foto, e sim de um filme", compara.

Apesar da maioria dos casos não serem realizados de forma explícita, há situações em que o assédio é visto por todos. Foi o que aconteceu com Márcia Minossi, quando trabalhou em uma empresa de telefonia em Porto Alegre. Em razão do aumento da demanda de trabalho, o número de horas extras cresceu, e ela, que era atendente, teve muitos problemas de saúde. "Como desenvolvi sérias lesões por esforço repetitivo (LER), tive que me afastar por duas vezes do trabalho e, quando voltei pela última vez, reabilitada pelo INSS, a companhia me excluiu", recorda.

De acordo com a procuradora do Núcleo de Proteção à Dignidade do Trabalhador, tentar traçar um perfil, tanto de possíveis assediadores quanto de assediados, é um equívoco, porque é o ambiente de trabalho que proporciona a conduta desmoralizante. Mas, certamente, enfatiza, "a mulher ainda é mais assediada que o homem". ☹

Proifes e governo avançam nas negociações sobre Carreira

Sindicato mantém a tradição de diálogo, mas não abre mão de questões como o enquadramento dos aposentados, isonomia entre as carreiras do EBTT e do ES, e a prática de um sistema de progressão que leve em conta todas as atividades dos professores

Por **Maricélia Pinheiro**

Proifes, Andes e governo reuniram-se no dia 24 de agosto de 2010, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para dar andamento à negociação da carreira docente. O debate aconteceu sobre três questões fundamentais: a negociação da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a avaliação de desempenho e o enquadramento dos professores na Carreira reestruturada.

O presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, defendeu que se retome imediatamente a discussão que envolve o EBTT. Segundo ele, é essencial que as duas carreiras – a do EBTT e a do Ensino Superior (ES) – sejam tratadas em um mesmo projeto de lei (PL), de forma que não se perca o enorme avanço de aproximação que se deu com o Termo de Acordo assinado em 20 de março de 2008 entre o governo, o Proifes e o Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

O secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira, se mostrou sensível ao pleito do Proifes e disse que o governo vai reavaliar a questão. Afirmou que é a favor da convergência das duas carreiras, ainda que não concorde com a ideia de Carreira Única da Andes por conta das especificidades das redes (institutos federais e universidades). Duvanier se comprometeu a continuar debatendo o tema, com a possibilidade de discussão simultânea das duas carreiras e absorção de pontos a serem acordados para ES e EBTT.

Sobre a avaliação, Eduardo Rolim de Oliveira, vice-presidente do Proifes, observou que o PL de estruturação da carreira atenta fortemente contra a autonomia universitária, ao impor um número mínimo de horas-aula para que o docente possa progredir. Ele afirmou que o Proifes é a favor da avaliação de mérito e a aceleração da progressão, mas "é necessário que se considere todas as atividades do professor nesse processo, e não apenas o número de horas-aula".


Duvanier fez uma defesa da concepção de

avaliação de desempenho instaurada pelo governo na Lei 11.784/08, mas concordou com a tese dos representantes do Proifes de que a universidade tem uma tradição de avaliação e características próprias, que devem ser respeitadas. O secretário comprometeu-se a reestudar e a voltar a debater todos os itens do PL que se referem à progressão e à avaliação e assegurou que o governo tem uma posição firme em defesa da autonomia universitária.

O debate mais difícil ficou por conta do enquadramento dos professores na carreira reestruturada. Neste ponto, o Proifes ratificou sua posição de que não concorda de forma alguma com um enquadramento que não seja isonômico entre ativos e aposentados. Duvanier disse que não é favorável à progressão de inativos, sendo imediatamente contestado pelos representantes do Proifes, que demonstraram que o assunto não trata de progressão, mas de enquadramento. Esse ponto será debatido mais aprofundadamente entre as partes nas próximas reuniões, conforme ficou acordado.

O Proifes reforçou, mais uma vez, sua solicitação de que o MEC participe ativamente das discussões, por seu conhecimento da realidade das Ifes e pelo fato de que esse é o Ministério ao qual as universidades estão ligadas diretamente. Duvanier concordou e afirmou que o MEC será convidado a integrar a Mesa.

Pelo governo, estavam presentes, além de Duvanier, a diretora de Relações de Trabalho, Marcela Tapajós e Silva. Pelo Proifes, compareceram também à reunião o diretor de Relações Sindicais, José Lopes de Siqueira Neto, e os membros do Conselho Fiscal da Entidade, Helder Passos e Maria Luiza Ambros von Holleben, 2ª vice-presidente da Adufrgs-Sindical. A Andes esteve representada pelos professores Luiz Henrique Schuch, Almir Serra Martins Meneses Filho e Josevaldo Pessoa da Cunha. Uma nova reunião deve acontecer na terceira semana de setembro.

O relato da reunião na íntegra está disponível na página eletrônica da Adufrgs (<http://www.adufrgs.org.br/conteudo/documentos/RelatoReuniao24Agos.pdf>). 



Encontro Nacional do Proifes

Professores definem ações estratégicas para as demandas do Movimento Docente

Encontro se consolidou como o maior e com mais ampla participação, inclusive de representantes de entidades internacionais. Professores presentes discutiram exaustivamente temas de suma importância para o Movimento Docente e deliberaram sobre ações para o próximo ano. A Adufrgs-Sindical se fez presente através dos professores Claudio Scherer (presidente), José Carlos Freitas Lemos (1º vice-presidente), Maria Luiza Ambros von Holleben (2ª vice-presidente), Maria Cristina Martins (3ª secretária), Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva (1º tesoureiro), Maria da Graça Saraiva Marques (2ª tesoureira), Ana Paula Ravazzolo (3ª tesoureira), Lucio Hagemann (assessor jurídico da Diretoria), Silvana Jung de Stumpfs e Círio Simon.

Por Maricélia Pinheiro

Realizados em Brasília entre 3 e 7 de agosto de 2010, o 6º Encontro Nacional do Proifes-Fórum e o 2º Encontro Nacional do Proifes-Sindicato contaram, pela primeira vez, com a presença de representantes de entidades internacionais ligadas à Educação. Participaram da mesa de abertura o secretário Geral da Federación Nacional de Docentes Universitários de Argentina (Conadu), Carlos de Feo; a coordenadora do Instituto de Estudios y Capacitación/Conadu, Yamile Socolovsky; a vice-presidente da Internacional da Educação da América Latina (IEAL) e secretária de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fátima Silva e o coordenador Regional da IEAL, Combertty Rodríguez.

Sentaram-se ainda à mesa de abertura a diretora de Comunicação Social da Confederação Nacional dos Traba-

lhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Maria Clotilde Lemos Petta; o presidente da CNTE, Roberto Franklin Leão; o diretor Executivo da CUT Nacional e dirigente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Pedro Armengol; a diretora da CUT Nacional, Lúcia Regina dos Santos Reis; o diretor de Política Sindical da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Adurn), Francisco Wellington Duarte, que falou em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); o vice-reitor da Universidade de Brasília (UnB), João Batista de Souza; o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Alexandre Ferraz; o secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino; a diretora

administrativa do Proifes, Eliane Leão, e o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo.

Pela grande contribuição ao movimento docente brasileiro, Círio Simon, aposentado do Instituto de Artes da Ufrgs, foi o professor homenageado do ano. Na abertura do evento, a exibição de um vídeo-documentário sobre a vida e obra do professor de História da Arte, um presente da Adufrgs-Sindical a um de seus maiores colaboradores, emocionou os presentes. Em seu discurso, Círio Simon estendeu a homenagem a todos os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). "Eu tenho um princípio de não aceitar prêmios. Portanto, estou diante de uma contradição efetiva, que eu tenho transformado em uma complementaridade. Este é um papel próprio da arte", observou. Ao receber o troféu das mãos do presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, Simon completou: "Esta homenagem representa o esforço de todos vocês que estão sentados aqui e os milhares que estão atrás e nos empurram pra frente nesse processo civilizatório brasileiro e latino-americano".

Na abertura oficial do evento, Gil Vicente, ao observar o auditório lotado, lembrou da ocasião em que o Proifes foi criado, há seis anos, em uma sala de hotel, na presença de aproximadamente 20 pessoas. "Saímos daquela salinha com representantes de umas dez ou 12 universidades e hoje estamos aqui, nesse auditório cheio. Pode-se dizer que praticamente todos os estados do Brasil, que é um país continental, estão aqui". Ele atribuiu esse crescimento a algumas características importantes, como a propositividade, a capacidade de negociar, de dialogar e, principalmente, de representar verdadeiramente os professores. "Atuamos em cima da realidade objetiva, tentando melhorá-la. Em um país imenso e com tantas diversidades, os professores pensam muito diferente, e não é fácil saber o que eles pensam, menos ainda representá-los", disse.

Os acordos assinados com o governo em 2007 e 2008 foram apontados pelo presidente do Proifes como um passo decisivo para o crescimento e fortalecimento da Entidade. "Trouxeram muitos ganhos para os docentes. Entre eles, a equiparação salarial entre ativos e aposentados e entre a carreira do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico. Conseguimos acabar com a gratificação por produtividade, e houve uma aumento expressivo do salário, algo em torno de 30%. Além disso, houve a implementação de grupos de trabalho para debater a carreira", enumerou.

Ao longo dos cinco dias de debates, os participantes deliberaram sobre questões relativas à carreira docente, segurança jurídica, previdência complementar, estatuto do Proifes-Federação, ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), Educação para o Brasil e para a América Latina e contribuição previdenciária dos inativos, consolidação do novo movimento sindical, entre outras. Também foram aprovadas a prestação de contas e a previsão orçamentária para 2010.

Debate sobre a estruturação da Carreira Docente mobiliza participantes

A discussão em torno da estruturação da carreira docente movimentou o 6º Encontro do Proifes, com uma participação intensa de todos os presentes. Depois da análise da Minuta de Projeto de Lei (PL) apresentada pelo governo, foram aprovadas as seguintes diretrizes que devem nortear as negociações:

1. Que as carreiras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior (MS) sejam tratadas isonomicamente na mesma Proposição Legislativa;

2. Que as regras de enquadramento dos docentes ativos e aposentados, e também dos pensionistas, da atual carreira (PUCRCE) na nova carreira, sejam feitas de forma não discriminatória;

3. Que a tabela salarial proposta seja em valores não inferiores aos das tabelas salariais das demais carreiras federais para servidores de nível superior, tendo como referência os salários da carreira de Ciência e Tecnologia e, além disso, os incrementos salariais entre níveis e entre classes sejam aproximadamente constantes ao longo da carreira;

4. Que as determinações do PL não violem a autonomia constitucional da universidade;

5. Que os critérios de progressão, ascensão e distribuição de carga horária levem em consideração a pluralidade das atividades desenvolvidas pelo docente, respeitando sempre a autonomia da universidade na atribuição de tarefas, com balizadores mínimos nacionais que garantam a qualidade da universidade e, além disso, que todos os docentes possam atingir o topo da carreira independente da titulação.

A Comissão de Carreira do Proifes deverá, igualmente, consolidar e redigir críticas a pontos específicos do PL. E será realizada uma Consulta Eletrônica com o seguinte teor:

1. O PL propõe uma nova classe no topo da carreira sem re-enquadramento. O Proifes propôs uma nova classe no início da carreira com enquadramento. Você é favorável a que, em uma reformulação da carreira de professor do ensino superior federal, seja criada uma nova classe, em relação à carreira atual? a) Sim; b) Não.

2. O Proifes deve permanecer defendendo uma única proposta de carreira docente, aprovada no 6º Encontro Nacional, que inclui uma classe a mais (no caso do Proifes, abaixo das classes atuais) ou deve ter também uma proposta alternativa de carreira docente, mantendo no que couber os princípios, e propondo a manutenção das quatro classes atuais (auxiliar, assistente, adjunto e associado) e do cargo de professor Titular, mesmo com denominações diferentes? Faça a sua escolha: a) Manter a atual proposta; b) Construir também uma proposta alternativa.

3. Você concorda que, nas negociações, as mudanças que acarretem acréscimos orçamentários possam ser implementadas de forma parcelada? a) Sim; b) Não.

Deliberações do 6º Encontro Nacional do Proifes

Além da Carreira Docente e da Segurança Jurídica, ao longo dos cinco dias do Encontro outros temas pautaram as discussões. Abaixo, as deliberações sobre os demais assuntos debatidos.

Previdência Complementar

A partir das propostas discutidas e votadas sobre este tema, de máxima importância, em particular para os docentes contratados após 2004 e diretamente afetados pela Reforma da Previdência, decidiu-se:

1. Constituir uma comissão para elaborar uma cartilha, esclarecendo e orientando os professores sobre seguridade social, previdência complementar, saúde suplementar, saúde do trabalhador, aposentadoria especial, segurança alimentar e nutricional e abono permanência. A Comissão (formada pelos professores Carlos Henrique Costa da Silva, Elvira Barbosa Quadros Cortês, Leopoldina Cachoeira Menezes, Maria Cristina da Silva Martins, Tânia Lúcia Hirochi, Nicolau Rickmann e pelos componentes da Comissão de Aposentadoria Complementar criada no 5º Encontro) deverá elaborar documento a ser entregue aos candidatos à Presidência da República com reivindicações sobre esses temas e organizar um seminário sobre Seguridade Social, a ser realizado em maio de 2011, na Adufscar/Sorocaba;

2. Que a Diretoria de Assuntos Jurídicos do Proifes ficará responsável por fazer gestões junto ao MPOG e a parlamentares durante o ano de 2011 no sentido de que sejam alocadas verbas específicas para a cobertura da rubrica de "Exercícios Anteriores" no exercício de 2012;

3. Que a Diretoria do Proifes deve acompanhar junto ao Congresso Nacional a tramitação do PL de Previdência Complementar, propondo alternativas de interesse dos SPFs; e criar a lista "Seguridade Proifes", para que os membros da Comissão e quaisquer outros colegas que assim o desejarem possam debater as respectivas temáticas.

Estatuto do Proifes-Federação

Durante o Encontro, os professores debateram formas de construção do Proifes-Federação (cuja transformação a partir do Proifes-Fórum foi aprovada no 5º Encontro Nacional do Proifes) e a estrutura do seu estatuto. Assim, decidiu-se:

1. Que no Proifes-Federação, poderão se filiar todas as entidades que se definam, em seus estatutos, como sindicatos de professores de Instituições Federais de Ensino (Ifes);

2. Indicar como diretriz geral da constituição do Proifes-Federação, de que os seus órgãos dirigentes serão: um conselho deliberativo proporcional ao número de filiados das entidades federadas (instância superior); e uma diretoria executiva com um representante de cada uma delas (conforme definido na proposta A do caderno de textos);

3. Consolidar a transformação do Proifes-Fórum, em Proifes-Federação, no 7º Encontro Nacional do Proifes-Fórum, quando será aprovado o Estatuto do Proifes-Federação.

4. Criar uma comissão para elaboração de uma Minuta de Estatuto da Federação que deve tomar por base as propostas acima enunciadas, constituída por 12 membros: dez indicados pelas entidades atualmente filiadas ao Proifes-Fórum (cada qual indicará um membro até o dia 15 de agosto), e mais dois membros dentre os docentes diretamente filiados ao Proifes, que serão o professor Francisco Jaime Bezerra Mendonça (UFPE) e Elenize Cristina Oliveira da Silva (UFRR). A Minuta em questão será apresentada em um seminário, a se realizar até 30 de novembro de 2010, desde que as entidades filiadas ao Proifes se disponham, em tempo hábil, a participar do rateio financeiro do evento.

Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

Os trabalhos foram abertos com palestra do Reitor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná, professor Alípio Leal, que fez uma explanação sobre importantes aspectos da carreira do EBTT. Sobre este tema ficou deliberado constituir Comissão de EBTT com cinco integrantes, sendo dois da diretoria do Proifes, para atuação política e negocial junto a órgãos do Executivo Federal (MEC e MPOG), do Legislativo (Câmara e Senado Federal) e outros, representativos da



Coordenador Regional da IEAL, Combertty Rodríguez, participou da Mesa de abertura do encontro

Carreira de EBTT (Conif, Condetuf, Condicap, etc.), objetivando a defesa dos interesses dos docentes da carreira de EBTT, na busca de ganhos isonômicos aos do Magistério Superior. Foi estipulado um prazo de duas semanas para indicação dos integrantes da comissão de EBTT. O debate referendou ainda as propostas aprovadas no 2º Encontro Nacional do EBTT, realizado em Curitiba, e divulgadas anteriormente.

Educação para o Brasil e para a América Latina

Sobre este tema, foi deliberado:

1. Criar uma comissão, para implementar e coordenar o Instituto de Estudos Universitários, constituída pelos seguintes membros: Eliane Leão, Francisco Jaime Bezerra de Mendonça, Israel Pinheiro, Fernando Sampaio Amorim, Eduardo Rolim de Oliveira, Gil Vicente Reis de Figueiredo, Manoel Coracy Sabóia, Vilmar Locatelli e Túlio Tayano;

2. Modificar a redação do item 14, parágrafo segundo, do documento intitulado "Expansão do ensino superior público federal: acompanhar a implementação do Reuni e aprovar a Lei Orgânica para as Universidades Federais", que passará a ter a seguinte redação: "II. Por docentes (inclusive aposentados), funcionários técnico-administrativos e estudantes, eleitos pela comunidade universitária, nos termos e na proporcionalidade definida pelo correspondente Estatuto";

Contribuição previdenciária dos inativos

Ficou decidido recomendar a todos os filiados do Proifes que se esforcem na demanda junto aos parlamentares do Congresso Nacional, para conseguir a aprovação dos

Projetos de Emenda Constitucional (PEC) 555/06, que suspende a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, e da PEC 270/08, que garante a aposentadoria integral por invalidez.

Prestação de Contas e Previsão Orçamentária

Após exposição do diretor e do vice-diretor de finanças do Proifes, respectivamente José Maria de Sales Andrade Neto e João Eduardo Silva Pereira, foram aprovadas a prestação de contas relativa ao ano de 2009 e a previsão orçamentária para 2010.

Consolidação do Novo Movimento Sindical

Sobre outras questões apresentadas, entre elas a consolidação do movimento sindical, foi decidido encaminhá-las à Comissão, para análise e consideração, a partir das diretrizes abaixo:

1. Estabelecer contatos com a sociedade brasileira, devido às transformações ocorridas, visando esclarecer a importância da atuação da universidade e de seus docentes; manter interlocução com organizações patronais, para informá-las sobre os projetos da universidade e os impactos destes na produção de conhecimentos e na formação de recursos humanos; interagir com sociedades científicas e agências de fomento, para debate e construção conjunta de metas; estreitar diálogo permanente com organizações sindicais de outros países, visando intercambiar experiências e discutir a importância da atuação discente.

2. Organizar um abaixo assinado, subscrito pelos filiados a sindicatos locais vinculados ao Proifes-Fórum, pelos associados diretos, por docentes pertencentes a associações ou núcleos ligados ao Proifes, e por simpatizantes dessa entidade. O documento deverá ser endereçado ao ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, exigindo que seja respeitada a Constituição Federal e que sejam outorgados registros sindicais a todas as entidades constituídas nos últimos anos,



Cirio Simon foi o professor homenageado deste ano

com o objetivo de representar professores do ensino superior público federal e em conformidade com a legislação vigente.

3. Aprovado texto que aponta caminhos para a consolidação do novo movimento sindical docente, rumo a uma federação que, juridicamente constituída para representar os professores de Instituições Federais de Ensino Superior junto ao governo federal, "nos unifique em torno de projetos e demandas similares, sem envolvimento com partidos políticos, independente de centrais sindicais" e que seja "plural, idônea, com uma estrutura leve e pouco burocrática. Esse modelo de federação, diferente, moderno e autônomo é fundamental para que possamos agregar, cada vez mais, associações de docentes federais por esse país afora".

Outras propostas aprovadas

1. Realização de um congresso universitá-

rio, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre carreira docente e Lei Orgânica das Universidades Federais, sob a coordenação da Associação de Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG), a se realizar na UFG, Goiânia, até abril de 2011;

2. Encaminhar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ofício solicitando que esse órgão coordene uma discussão sobre o papel dos servidores na atual realidade das universidades, adequando concursos, capacitações, funções, etc., às necessidades e à dinâmica das Ifes;

3. Sugerir às entidades filiadas que façam o encaminhamento acima;

4. Defender a ampliação das Funções Gratificadas (FGs) e o pagamento integral dos Cargos de Direção (CDs);

5. Elaborar e divulgar, entre os professores de Ifes, documento esclarecendo sobre direitos e responsabilidades nas relações funcionais com servidores técnicos e administrativos;

6. Buscar, por todos os meios ao alcance do Proifes, inclusive propondo emendas aos parlamentares do Congresso Nacional, fazer com que os inativos tenham também considerado o tempo em que ficaram retidos como adjunto 4, doutor, da mesma forma que os ativos;

7. Manter um foro de discussão permanente buscando maior entrosamento entre as Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPDs) de cada universidade e entidades representativas de professores de Ifes e propor à Andifes, a esse respeito, a realização de encontro para construir parâmetros nacionais para as CPPDs; aprofundar o conhecimento sobre as condições de trabalho dos docentes das Ifes e da infraestrutura de suporte disponibilizada por suas instituições, com o objetivo de negociar a melhoria desses itens, de forma a garantir não somente um ensino de qualidade, mas, igualmente, a tranquilidade e a plenitude do exercício das atividades dos docentes das Ifes.

Proifes vai criar ouvidoria de segurança jurídica

A segurança jurídica dos servidores, tema de constante preocupação nos últimos anos, também teve lugar de destaque nas discussões durante o 6º Encontro do Proifes. O depoimento da engenheira química e professora aposentada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Leda Maria de Souza Gomes, alimentou o debate e serviu de alerta a todos.

Depois de lecionar por quase 30 anos, Leda aposentou-se em 2001. Em abril de 2010 recebeu um comunicado não-oficial da Secretaria de Recursos Humanos (SRH/UFSCar) de que, por ordem do Tribunal de Contas da União (TCU), teria seus proventos reduzidos em 25%. Preocupada, ela procurou a SRH/UFSCar, que forneceu uma cópia do processo onde constava a decisão do TCU. "Descobri que na revisão da minha aposentadoria questionaram dois anos em que trabalhei na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Acho que estranharam o nome do cargo, 'auxiliar de ensino', e julgaram não se tratar de atividade docente", contou.

A partir daí, começou a corrida de Leda para resgatar toda a documentação junto à UEM, com a devida descrição das funções exercidas. No entanto, o esforço pareceu inútil, uma vez que a comunicação por parte da SRH foi feita um dia depois da decisão do TCU ser publicada no Diário Oficial da União (DOU). Agora, com o salário reduzido em um quarto, a professora aposentada luta na Justiça para recuperar um direito adquirido.

O caso de Leda ilustra perfeitamente o que vem ocorrendo nas universidades e em outros setores do serviço público federal. A preocupação com estes ataques aos direitos dos servidores levou o Congresso Nacional, a pedido do Proifes, a realizar em maio passado uma audiência pública sobre segurança jurídica, que reuniu cerca de 100 docentes em Brasília. Durante o encontro, ficou acordado que as Associações de Docentes (ADs) e sindicatos locais irão incentivar seus filiados a denunciar esse tipo de ação.



A professora aposentada Leda Maria de Souza Gomes teve seus proventos reduzidos em 25%

Deliberações do 6º Encontro do Proifes sobre Segurança Jurídica:

1. O Proifes deve acompanhar todos os desdobramentos da citada audiência pública, buscando parcerias com entidades da Bancada Sindical (representativas de Servidores Públicos Federais – SPFs), com o objetivo de se opor de forma articulada às ações dos citados órgãos - inclusive indo ao STF e ao CNJ para pedir posicionamento sobre o assunto;

2. Realizar, dentro de aproximadamente um ano, uma nova e mais abrangente audiência pública, precedida de um seminário sobre o tema.

3. Para subsidiar essas ações, fazer um amplo levantamento das situações que afetam a segurança jurídica dos SPFs, diagnosticando-se as causas dos problemas que ora os atingem e propondo soluções para os mesmos. Para isso, decidiu-se:

a) Desenvolver um banco de dados, de forma a sistematizar as informações requeridas;

b) Criar, na página do Proifes, uma "Ouvidoria de Segurança Jurídica", visando alimentar esse banco de dados;

c) Estabelecer diálogo com as entidades filiadas e parceiras do Proifes, com o objetivo de viabilizar financeiramente, através de rateio das despesas, a contratação de uma empresa que desenvolva estudos anteriormente propostos pelo Fórum Jurídico do Proifes - essenciais ao entendimento e equacionamento dessa problemática. ♡





UM MUNDO COM MENOS CORES

Por Luana Dalzotto



Fotos: Suzana Pres

Manuel Neto orienta estudos para diagnosticar problemas de visão no INF

Imagine se as cores se resumissem em tons de amarelo, ou se não houvesse distinção entre o verde e o vermelho. Apesar de estranha, essa é a realidade de aproximadamente 200 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência na percepção de tonalidades.

Relacionado à visão, um dos cinco sentidos do homem, o daltonismo atinge áreas da vida, como o trabalho, dificultando, inclusive, tomada de decisões. Você já parou para pensar, por exemplo, como um daltônico interpreta um infográfico? Ou como decide entre uma camiseta rosa ou roxa? Foi pensando nessas dificuldades que o Instituto de Informática (INF) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) desenvolveu um sistema que simula a percepção de cores desses indivíduos e, ainda, recolora imagens digitais.

A ideia surgiu em sala de aula, quando um aluno do professor Manuel Menezes de Oliveira Neto revelou ter dificuldades para compreender slides e gráficos. “Passamos, então, a pensar em como alterar essas informações de modo que ficassem mais acessíveis para os daltônicos. Foi aí que percebemos a possibilidade de manipular imagens digitais”, conta o professor.

Além de inéditos, os modelos matemáticos criados durante dois mestrados do Instituto têm componentes sociais e econômicos importantes. “Ainda não há no

mercado nenhum programa que faça a simulação e a adequação de imagens para daltônicos”, enfatiza Neto. “Até então, sabíamos como parte destes indivíduos enxergava. Agora, com os algorítmicos, será possível fazer a simulação exata de como é essa percepção”, garante o professor, acrescentando que as pesquisas foram feitas com base na fisiologia do olho humano. Os estudos estão disponíveis na página do INF e podem ser transformados em programas para computador. Há, ainda, outro projeto que pretende recolorir imagens via celular, “garantindo maior autonomia para os indivíduos com esse tipo de dificuldade”, explica o docente.



Você sabia?

O daltonismo é uma deficiência associada ao cromossomo x, por isso, o número de homens daltônicos é bem maior do que o de mulheres. Já em relação a etnias, os europeus têm maior predisposição a serem daltônicos, do que os asiáticos e os negros.



Mais praticidade para exames oculares

A relação do INF com a visão não pára por aí. Atualmente, a menina dos olhos do professor Manuel Neto é o protótipo do aparelho que permite a realização de exames oculares via tela de celular. “É um projeto barato, mas com potencial para impactar milhões de pessoas no mundo inteiro”, garante. Segundo ele, empresas e ONGs de Boston, e de partes da África e da Ásia já manifestaram interesse em testar o equipamento, que custa em torno de US\$1,00 a US\$2,00.

Desenvolvido em parceria com o professor Ramesh Raskar e o pós-doc Ankit Mohan, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) Media Lab, o dispositivo chama-se Netra, palavra sânscrita para olho e também sigla em inglês de Ferramenta para Avaliação das Condições Refrativas do Olho Humano em Proximidade.

O protótipo é fruto do trabalho de doutorado do aluno Vitor Pamplona, do INF. Orientado pelo professor Manuel

Neto, o estudo permite que sejam diagnosticados problemas como miopia, hipermetropia e astigmatismo. O exame é feito por meio de um dispositivo colocado no display do celular e, por enquanto, cada tipo de aparelho exige um modelo específico de equipamento.

Depois de baixar o aplicativo específico, o paciente aproxima o gadget do olho e observa a simulação de duas linhas paralelas. O programa propõe, então, que ele aproxime as imagens até que elas se encontrem. Pessoas com a vista saudável verão as linhas já sobrepostas, sem precisar movê-las.

Além do baixo custo e da portabilidade, o dispositivo parece calcular com maior exatidão, se necessário, o grau de lente recomendado para cada indivíduo. Todas essas características renderam ao projeto e, principalmente a Pamplona, a conquista do prêmio na competição IDEAS, do MIT, e o reconhecimento do Siggraph 2010, a maior conferência do mundo de computação gráfica. ▴



Edison Guilherme Haubert

“Há uma sinalização muito clara de que o governo está disposto a barrar a PEC 555 de qualquer jeito”

Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap) e filiado ao Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Edison Guilherme Haubert tem liderado diversas lutas dos servidores aposentados para garantir seus direitos adquiridos. A batalha mais importante do momento é pelo fim da contribuição previdenciária dos inativos. O substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555, de 2006, que prevê a redução gradativa desta contribuição, foi aprovado recentemente na Comissão Especial da Câmara e está na fila para ser votado no plenário. A pressão política do governo contrária à PEC tem sido grande, garante Haubert, o que deve protelar ainda mais sua votação. Nesta entrevista, ele explica o que é a proposta, fala sobre a tramitação da mesma e revela as perspectivas dos servidores aposentados em relação ao fim da contribuição. Também aborda a decisão política da Organização dos Estados Americanos (OEA) ao declarar inadmissíveis as denúncias protocoladas pelo Mosap e outras entidades, de que o Brasil estaria violando direitos humanos ao cobrar previdência de quem já se aposentou.

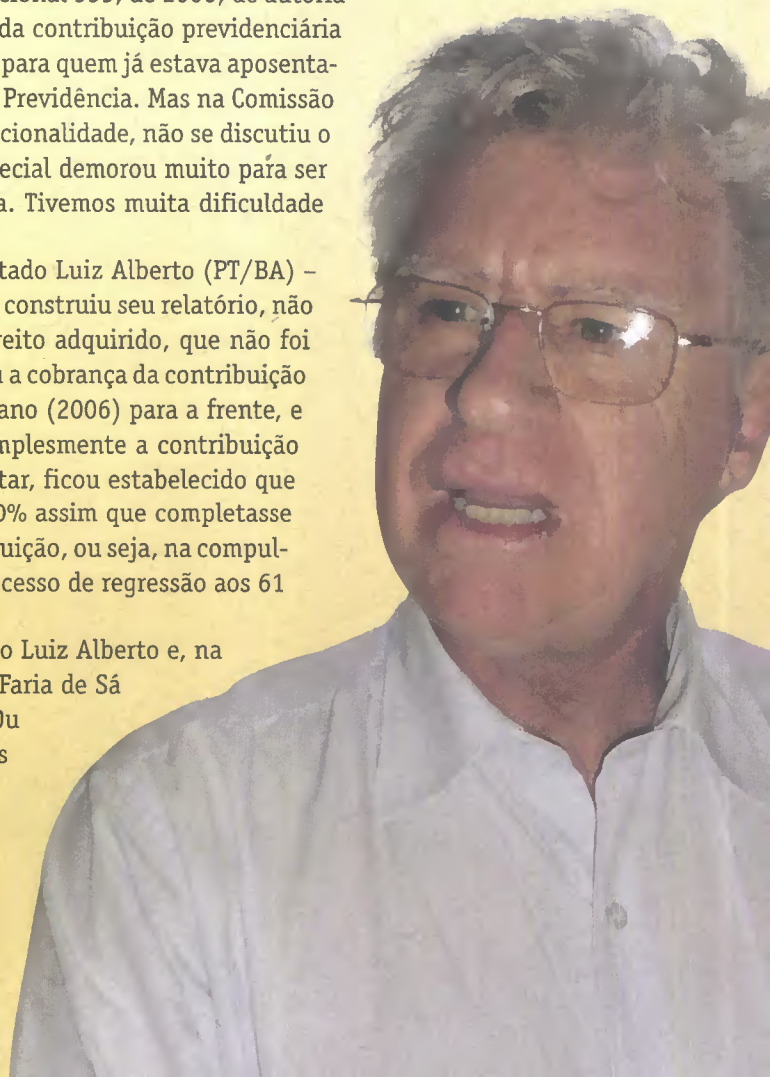
por Maricélia Pinheiro

Adverso: O que é a PEC 555?

Edison Guilherme Haubert: A Proposta de Emenda Constitucional 555, de 2006, de autoria do ex-deputado federal Carlos Mota (PL/MG), previa a extinção da contribuição previdenciária para quem, na época, tinha o direito adquirido. Portanto, valeria para quem já estava aposentado em 2003, quando foi promulgada a Emenda 41 da Reforma da Previdência. Mas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que analisa a constitucionalidade, não se discutiu o mérito, que ficou para a Comissão Especial. E essa Comissão Especial demorou muito para ser instalada pelo governo, articulado com a presidência da Câmara. Tivemos muita dificuldade para instalar essa comissão e dar andamento aos trabalhos.

Enquanto estávamos em audiências públicas, o relator, deputado Luiz Alberto (PT/BA) – egresso da Petrobras, portanto também um trabalhador público – construiu seu relatório, não nos termos da proposta original. Ele esqueceu a questão do direito adquirido, que não foi discutida. Ignorou tudo que ocorreu entre 2004 (quando começou a cobrança da contribuição para os inativos) e 2006. A proposta dele, então, seria daquele ano (2006) para a frente, e com uma combinação de idade. Ao invés de eliminar pura e simplesmente a contribuição para quem já estava aposentado e para quem viesse a se aposentar, ficou estabelecido que quem se aposentasse aos 60 anos, deixaria de contribuir com 10% assim que completasse 61. E assim, sucessivamente. Levaria dez anos para zerar a contribuição, ou seja, na compulsória. E quem se aposentasse antes dos 60, só iria começar o processo de regressão aos 61 anos.

Nós, da Comissão Especial, conseguimos rejeitar o relatório do Luiz Alberto e, na mesma hora, apresentar um substitutivo, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), propondo a metade do que o Luiz Alberto propunha. Ou seja, permanecer o início da regressão com 61 anos, mas zerar aos 65. Portanto, 20% ao ano.



Adverso: Essa alteração foi satisfatória?

Edison Haubert: Não é o ideal, e não é o que nós queríamos. Nem o que o governo queria, pois na última sessão ele trocou um deputado e colocou outro na vaga que havia. O deputado Fernando Melo (PT/AC), que não tinha se manifestado a favor ou contra, foi substituído pelo deputado Nilson Mourão (PT/AC) que, na última reunião, quando o relatório seria votado, pediu vistas do projeto. Na semana seguinte, quando todos estavam preparados para votar, chega o deputado José Genoíno (PT/SP). A entrada do Genoíno foi uma sinalização muito clara de que o governo está disposto a barrar a PEC de qualquer jeito.

Adverso: Eles estariam dispostos a impedir a aprovação, mesmo na forma atual, que vocês não consideram ideal, mas que é melhor do que a primeira proposta?

Edison Haubert: Mesmo assim. Porque o ministro Gabas (Carlos Eduardo Gabas), da Previdência, em reunião com parlamentares da Comissão, teria aceitado dessa forma. Lógico, ele queria discutir mais. Até porque recebeu pressões da área econômica, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e de outras áreas que seriam afetadas em termos de arrecadação. Eles não queriam terminar isso. Mas mesmo com todo o esforço contrário do Genoíno na Comissão, conseguimos aprovar o relatório do Arnaldo Faria de Sá.

Adverso: Qual será a tramitação agora?

Edison Haubert: Depois que a ata for publicada, a proposta irá para a mesa diretora da Câmara, aguardar ser pautada para o plenário. Tem uma situação vantajosa que não estava na proposta original: Quem se aposentar por doença grave, fica livre da contribuição independente do tempo e da idade. Isso é um avanço, que vem no mesmo sentido da PEC 270, que garante integralidade e paridade para quem se aposenta por doença grave. Mas nesta nova proposta, a partir do substitutivo, infelizmente o direito adquirido foi para o espaço.

Adverso: A isenção gradativa a partir dos 61 anos valeria só para quem se aposentar a partir da aprovação da PEC?



“Tivemos muita dificuldade para instalar a Comissão Especial e dar andamento aos trabalhos”

Edison Haubert: Não. Quem está aposentado e com 61 anos, por exemplo, deixaria de contribuir com 20% e assim por diante. E quem já tem 65 anos ou mais, teria a contribuição zerada. Isso se conseguirmos aprovar no Plenário, o que não vai ser fácil. No dia da votação na Comissão Especial, o PMDB, por incrível que pareça, solicitou a seus parlamentares que não comparecessem. Nesse dia, o deputado Mauro Benevides (PMDB/CE) entrou, deu condições de quórum para a sessão, mas na hora da votação disse que não poderia ficar porque tinha compromisso. Mas ficou do lado de fora. Já o deputado Marcelo Filho (PMDB/MS) compareceu à sessão, independente de qualquer orientação do partido, se manteve no local até a votação e, inclusive, votou a favor do substitutivo apresentado no dia pelo Arnaldo Faria de Sá.

Adverso: O senhor acredita que a votação em plenário aconteça ainda em 2010?

Edison Haubert: Olha, temos as circunstâncias das eleições e, historicamente, para se votar uma matéria dessa ordem e dessa importância não é muito fácil, precisa haver um consenso. Até para pautar é necessário um

consenso das lideranças. Se não houver vontade da maioria dos líderes, temos aí um grande complicador. Para instalar a Comissão, tínhamos o consenso de todos os líderes, com exceção do líder do governo, Cândido Vacarezza (PT/SP), que não assinou o abaixo-assinado que pedia a instalação da Comissão Especial. É até compreensível que não tenha assinado, porque se o governo não aprovava a proposta, não seria o líder do governo que iria assinar. Mas pelo menos ele não dificultou a instalação da Comissão. Já o deputado Henrique Fontana (PT/RS) não queria nem saber do assunto. Nunca tinha tempo para falar com a gente. O chefe de gabinete dele é que nos atendia e sempre dizia que o deputado não tinha posição formada porque dependia do governo. Na verdade ele tinha posição sim, que era a mesma do governo. O Vacarezza foi direto, disse que não assinava, mas iria determinar a instalação da Comissão Especial. E foi o que ele fez e nos ajudou muito. Mas quem contribuiu mesmo foi o vice-presidente da República, José Alencar (PRB/MG), que nos recebeu em audiência e, na nossa presença, telefonou para o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), pedindo que considerasse a possibilidade de determinar a instalação da Comissão Especial. Foi a partir daí que conseguimos, em março passado.

Adverso: Como ficou a questão da denúncia feita à Organização dos Estados Americanos (OEA) relativa à cobrança da previdência para inativos?

Edison Haubert: Eram quatro denúncias, do Mosap, da Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público) e do Sindicato dos Médicos de Brasília, e todas foram declaradas inadmissíveis. A Comissão Interamericana não analisou o mérito, simplesmente disse que não visualizaram ofensas a artigos da Constituição Federal ou sinais de que o Brasil havia violado direitos humanos ao cobrar a previdência dos aposentados. Decidimos não recorrer, porque entendemos que a decisão foi política, uma vez que a OEA é um organismo comandado por países e sabemos que nenhum país vai se colocar a favor dos servidores e contra o governo do Brasil. ☞

Pampa e Litoral Norte, duas regiões ameaçadas no RS

Por Marco Aurélio Weissheimer

Estudos sobre a degradação ambiental de duas regiões do Rio Grande do Sul, o Litoral Norte e o Pampa, foram divulgados por autoridades do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Ministério do Meio Ambiente nos últimos meses.

A destruição ambiental no Litoral norte gaúcho foi tema de uma advertência por parte do MP Estadual e do MP Federal, no final de maio. Técnicos das duas instituições elaboraram um diagnóstico sobre o extermínio do meio ambiente na região. Após dois anos de pesquisa, eles concluíram o estudo, intitulado "Situação Ambiental do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul", que servirá de subsídio para que os promotores estaduais e federais tomem providências para interromper a destruição e responsabilizar seus autores.

No dia 22 de julho, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) anunciou que o bioma Pampa, que ocupa a maior parte do território do Rio Grande do Sul, já perdeu 54% de sua vegetação nativa ao longo de sua ocupação histórica. Entre 2002 e 2008, foram derrubados 2.183 km² de cobertura nativa. No total, o bioma Pampa já perdeu mais de 95 mil km² da vegetação original. Entre as causas apontadas pelo MMA como responsáveis pela destruição da mata nativa estão os reflorestamentos de espécies exóticas plantadas para a fabricação de papel.

A situação no bioma Pampa não é menos grave. O levantamento, feito pelo Centro de Monitoramento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apontou os 19 municípios gaúchos que mais desmataram a região no período entre 2002 e 2008. A cidade de Alegrete, no extremo oeste do Estado, é a campeã em derrubadas, com 176 km² de desmatamento durante estes seis anos. Dom Pedrito e Encruzilhada do Sul aparecem em seguida, com 120 km² e 87 km² desmatados no mesmo período.

O anúncio do MMA confirmou advertências feitas nos últimos anos sobre o impacto ambiental dos

chamados desertos verdes na Metade Sul do Estado. Há pelo menos dois anos, o grupo de trabalho do Bioma Pampa do Ibama/RS já alertava para esta possibilidade, tendo em vista a implementação de grandes áreas para a silvicultura no Estado. Em 2008, técnicos do Instituto divulgaram um manifesto criticando a maneira como se processou o licenciamento das madeiras na Fepam.

Funcionários da Fundação foram ameaçados de demissão sumária caso não acelerassem esses processos. O final do manifesto dos técnicos do Ibama alertava:

"Preocupa-nos ainda o fato de que, em que pesem todos os embates e medidas judiciais existentes, consolida-se no Rio Grande do Sul a política do "fato consumado", no que se refere à implementação de extensas áreas de silvicultura sem o devido planejamento e com riscos de danos ambientais aos biomas gaúchos, particularmente ao Pampa. Está claro que, enquanto não houver decisão de mérito sobre as inúmeras ações ajuizadas, a possibilidade do dano ambiental discutido se consolida, a precaução inerente à proteção ao meio ambiente se esvai, e a conservação dos biomas do Estado se torna uma incerteza no futuro. Isto posto, conclui-se que o Zoneamento Ambiental para a atividade da silvicultura ora vigente no Rio Grande do Sul serve somente, ao que tudo indica, para legitimar, definitivamente, os procedimentos de licenciamento da silvicultura e produção de celulose no Estado, sem o planejamento ambiental adequado à magnitude dos empreendimentos propostos e já em implementação".

Para reverter esse quadro, o MMA propôs, entre outras soluções, a criação de novas unidades de conservação no bioma, a adoção de boas práticas na agricultura e pecuária e a observação das orientações do zoneamento econômico-ecológico recentemente formulado pelo Conselho de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Sendo 2010 um ano eleitoral, o encaminhamento destas providências deverá esperar até 2011.



Expansão imobiliária ocupa áreas de preservação


O problema no Litoral Norte do Estado não é novo e vem se agravando a cada ano: destruição das dunas, proliferação de construções sem rede adequada de tratamento de esgoto e sem qualquer critério urbanístico, avanço da construção civil, mesmo em áreas de preservação. O estudo realizado pelo MP aponta, entre outros problemas, o descumprimento à legislação ambiental no que se refere à preservação de pelo menos 300 metros a partir da linha frontal das dunas primárias, aquelas que ficam localizadas mais próximas do mar. Em um período de 30 anos, o processo de urbanização ocupou praticamente toda a faixa litorânea entre o Balneário de Quintão e Torres.

Segundo Luiz Fernando de Souza, biólogo da Unidade de Assessoramento Ambiental do MP estadual, há problemas também na multiplicação de condomínios, que, além de destruírem regiões naturais do litoral, não estão acompanhados de uma rede adequada para tratamento do esgoto sanitário. “Cria-se uma estrutura para receber 700 mil pessoas por apenas 60 dias no ano todo. Toda esta armação fica ociosa nos outros dez meses, e não há como mantê-la. Estamos acabando com uma região para usufruir dela por dois meses”, alerta Souza.

Outro problema denunciado no estudo é a extinção das dunas, fenômeno bem conhecido de quem frequenta as praias gaúchas. As causas principais são duas: a construção de imóveis sem respeitar a faixa de proteção altera o ciclo dos ventos e modifica a

formação geológica e a biodiversidade da região; além disso, há extração clandestina de areia. Essas dunas, cabe lembrar, não têm papel decorativo, mas sim desempenham funções ambientais importantes. Elas estabilizam a linha de costa, protegem o lençol freático, constituem barreira natural contra as ressacas do mar e são habitat para diferentes espécies da fauna e da flora.

O estudo reforça advertências que vêm sendo feitas por outros pesquisadores no Estado. Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem denunciando o desmonte do setor ambiental no Estado. Em recente entrevista à Adverso, Brack resumiu o que está acontecendo no Litoral Norte gaúcho:

“A quantidade de loteamentos e grandes empreendimentos imobiliários é algo absurdo. Uma das causas disso é a descentralização feita pela Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). Com o balcão ambiental que foi criado, um técnico que esteja em Tramandaí, por exemplo, está emitindo licenças para grandes empreendimentos sem qualquer estudo de impacto ambiental, inclusive em áreas de preservação permanente. Vários empreendimentos negados no governo Rigotto, agora estão sendo liberados de uma maneira descomunal. Com 30 loteamentos, Xangri-lá praticamente não tem mais área natural”. 

Campus Central seleciona projetos para criar espaços de convívio

Construir e ocupar ambientes não utilizados do Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) é o objetivo do projeto de extensão Revitalização dos Espaços de Convivência do Campus da Ufrgs: Mobiliários na Ufrgs. Promovido pelo Instituto de Artes (IA) da Universidade, o concurso recebe inscrições até o dia 31 de setembro. No total, serão escolhidos seis projetos que devem ser implementados pela própria Instituição. Os espaços disponíveis estão localizados atrás da Rádio da Universidade, ao lado da Faculdade de Arquitetura, do Bar Antônio, da Prefeitura e do Museu Universitário, e em frente ao Cinema Universitário. A seleção será realizada por representantes de cada um dos segmentos da comunidade acadêmica. O edital e mais informações estão no blog <http://projetomobiliarios.blogspot.com>

Livro virtual resgata os 40 anos da Fabico

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Ufrgs pretende publicar, em setembro, um livro sobre os seus 40 anos de atuação. Produzida coletivamente, a obra contou com a ajuda de antigos alunos que colaboraram com lembranças, textos e fotos. O livro estará disponível apenas no site da Instituição e será dividido em duas partes: Uns pelos Outros, que vai se focar no perfil de um aluno ou funcionário, e Memórias e Experiências, reunindo histórias memoráveis e situações inusitadas que tenham sido vivenciadas na Fabico.

Coordenado pela professora Ana Maria Dalla Zen, o projeto foi inspirado na comemoração dos 50 anos do Instituto de Física, que, ano passado, juntou crônicas e depoimentos de ex-alunos e funcionários sobre suas experiências no Instituto.

Dia Nacional da Consciência Negra

A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, conclamou a comunidade afro-brasileira para celebrar pela primeira vez, em 2009, o Dia Nacional da Consciência Negra de maneira diferente: "com ideias criativas". Nascia o Edital Ideias Criativas para 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, que em 2010, chega à sua segunda edição, mantendo seu propósito original. O objetivo é estimular ações inovadoras para a celebração e divulgação da data mais importante para a cultura afro-brasileira. A Seleção Pública para Apoio a Projetos Culturais está com as inscrições abertas até 16 de setembro deste ano. O edital é direcionado a produtores, professores e agentes culturais que desenvolvam trabalhos voltados à cultura afro-brasileira e está disponível no site www.palmares.gov.br

EM TEMPO:

A matéria "Governo disponibiliza PL da Carreira para avaliação dos docentes", publicada na seção Notícias da Revista Adverso, nº 179, de julho de 2010, é de autoria da jornalista Maricélia Pinheiro, assessora de comunicação da Adufrgs Sindical.

Mercado eleva patamar dos cursos de tecnologia

Engana-se quem pensa que os principais atrativos do Ensino Superior de Tecnologia são a conclusão em um curto espaço de tempo e os custos menores em comparação ao bacharelado. Atualmente, a alta empregabilidade oferecida pelos cursos de tecnólogos é o primeiro argumento de quem optou por esse tipo de formação. A descoberta é da pesquisa Cursos superiores de tecnologia: um estudo de sua demanda sob a ótica do estudante, desenvolvida em 2009, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

Realizada com a participação de 1,2 mil estudantes, a análise indagou sobre por que da escolha por um curso de formação de tecnólogo. Depois da alternativa "boa chance de conseguir emprego", que obteve 45% das respostas, destacou-se a questão da valorização do diploma. Em terceiro lugar, os alunos apontaram a vantagem destes cursos tratarem-se de ensino especializado. O tempo de duração da formação aparece em sexto lugar nas respostas, e o valor do curso alcançou a 11ª posição nas escolhas.

A demanda por uma formação rápida, porém, cresce conforme a idade. Cerca de 48% dos participantes com mais de 40 anos demonstraram ter pressa em se formar. Em



contraponto, apenas 4% dos estudantes na faixa dos 18 anos mencionaram essa questão. Outra tendência é a reinserção no mercado de trabalho via cursos tecnológicos.

A fim de elevar ainda mais o patamar desse tipo de formação, o Ministério da Educação elaborou um novo instrumento de avaliação. Com isso, os cursos não serão mais analisados pelos mesmos critérios dos bacharelados, mas a pesquisa e a produção científica seguem sendo um critério. O documento está disponível em www.inep.gov.br



Formação para a ética

Profissionais interessados na área da ética e da bioética podem cursar mestrado e doutorado no Instituto Brasileiro de Ética e Bioética (Ibraeb), em São Paulo. Além dos programas de Pós-Graduação, o local oferece, ainda, cursos livres para formação do pensamento ético e bioético. O corpo docente é composto por professores de genética, direito, filosofia, teologia e antropologia.

Boa parte das diretrizes da Entidade tem origem no Instituto Kennedy de Ética, criado em 1971 nos Estados Unidos e atualmente o de maior notoriedade do mundo.

A Bioética é o estudo que aplica os conceitos do gênero aplicados à biologia e à medicina, e lida com questões morais relacionadas à sociedade e à política. São questões da dúvida, do não saber, das diferenças culturais e morais, das mudanças e das transformações rápidas que surgem no campo das ciências. O principal foco é a pesquisa científica que envolve seres humanos.

Fonte: Revista Ensino Superior

Autonomia para as universidades federais

Com o objetivo de solucionar problemas relacionados aos recursos humanos das instituições federais de ensino superior, de custeio e de investimento, o Governo Federal assinou três decretos e duas medidas provisórias que proporcionarão maior autonomia para as universidades públicas do País. Entre as mudanças, estão a abertura de créditos suplementares para as instituições e seus hospitais universitários, o uso das sobras do orçamento do ano anterior no exercício seguinte e a realização de concursos públicos sem autorização prévia do Poder Executivo. Assistência estudantil, regras de funcionamento das fundações de apoio às universidades e preferência para as compras públicas de produtos e serviços brasileiros, mesmo que o preço seja mais alto que os demais, também estão entre as novas medidas.

Fonte: estado.com

Ministério do Meio Ambiente

<http://www.mma.gov.br/sitio>

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil foi criado com a denominação de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, em 15 de março de 1985, no governo de José Sarney, através do Decreto nº 91.145.

Anteriormente as atribuições desta pasta ficavam a cargo da Secretaria Especial de Meio Ambiente, do então denominado Ministério do Interior, criada através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Em 1990, no governo Fernando Collor de Mello, o Ministério do Meio Ambiente foi transformado em Secretaria do Meio Ambiente, diretamente vinculada à Presidência da República. Esta situação foi revertida pouco mais de dois anos depois, em 19 de novembro de 1992, no governo Itamar Franco. Em 1993, foi transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e, em 1995, em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, retornou à denominação de Ministério do Meio Ambiente.



Institutos de Pesquisas e Estudos Florestais

<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/conscrh.htm>



O site da Instituição apresenta textos sobre a silvicultura e manejo. Atividade ligada ao cultivo das árvores, a silvicultura tem sido tradicionalmente aplicada como um dos mais importantes instrumentos para a obtenção de matéria-prima destinada ao atendimento de diversas demandas, que vão do pequeno agricultor à grande indústria de base florestal. Tem se tornado também importante instrumento a contemplar as práticas de reflorestamento destinados ao atendimento de diversas demandas ecológicas e ambientais.

Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema)

<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/conscrh.htm>

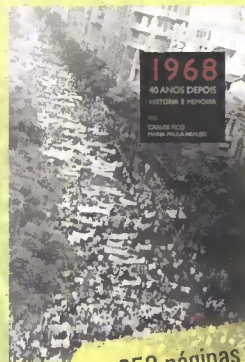
Este link da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, apresenta o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. De caráter deliberativo e normativo, o Consema é responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da Política Estadual do Meio Ambiente. Seus membros são representantes da sociedade civil, governo, organizações não-governamentais, federação de trabalhadores, do setor produtivo e universidades. No site também encontra-se informações sobre cobertura florestal, recursos hídricos, unidades de conservação e de projetos para a área ambiental.



1968 – 40 anos depois

Organizadores: Carlos Fico e Maria Paula Araujo
Editora: 7letras

O ano de 1968 é um símbolo de transformações que marcaram o Ocidente a partir da segunda metade do século XX. Reunindo uma rede de pesquisadores, o livro se debruça sobre a memória deste ano, lançando luz sobre uma época decisiva para a formação das sociedades contemporâneas.



252 páginas
Preço: R\$ 39,90



Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo

Autora: Jaqueline Moll (e colaboradores)
Editora: Artmed

O livro aborda os desafios, as tensões e as possibilidades da educação profissional e tecnológica e aponta para uma relação fecunda entre estado e sociedade. Organizado em blocos temáticos, aponta campos do debate de temas sobre a educação básica e a educação profissional tecnológica (EPT), as novas institucionalidades e novos perfis de formação, e os atores sociais da EPT contemporânea. Apresenta ampla discussão com ponderações históricas e conceituais sobre políticas, financiamento, técnica e tecnologia.

312 páginas
Preço: R\$ 59,00

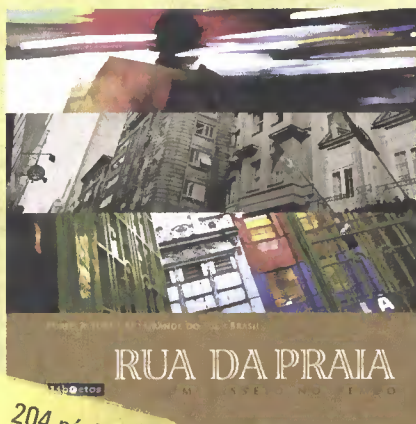
Geometria do Design

Autora: Kimberly Elam
Editora: Cosac Naify

Geometria do Design, de Kimberly Elam, pretende explicar, em termos visuais, os princípios da composição geométrica. Para isso, acompanha a história da humanidade desde a antiguidade greco-romana até a produção dos dias atuais. Analisando um conjunto abrangente de peças gráficas e objetos, como cartazes franceses do final do século XIX e peças construtivistas, o livro aborda a descoberta das relações geométricas implícitas nas diferentes manifestações do gênio humano. Ao discorrer sobre objetos de tão variada natureza, a autora oferece uma reflexão que auxilia o entendimento de critérios de beleza e construção formal para além das características clássicas. A edição traz algumas páginas impressas em papel vegetal, permitindo a sobreposição de esquemas e diagramas sobre as imagens previamente escolhidas, facilitando o entendimento das ideias apresentadas.



108 páginas
Preço: R\$ 58,00



Rua da Praia – Um Passeio no Tempo

Textos: Rafael Guimaraens
Consultoria de História: Sérgio da Costa Franco
Consultoria de Arquitetura: Günter Weimer
Editora: Libretos

A obra propõe uma volta ao tempo através de uma “caminhada” pela Avenida dos Andradas, popularmente conhecida como Rua da Praia. O trajeto mostra prédios arquitetônicos, fatos históricos e personalidades marcantes de hoje e do passado. Entre os episódios escolhidos, estão a chegada dos Açorianos, o Largo da Força, onde eram sacrificados àqueles que eram condenados à morte, e os centros culturais Mario Quintana e Érico Veríssimo. Por meio da união de texto, foto e ilustração, o livro apresenta ao leitor aspectos insólitos e personagens peculiares do cotidiano da Avenida, que normalmente não são percebidos pelos transeuntes.

204 páginas
Preço: R\$ 68,00



O homem que é a alma do Instituto de Artes da Ufrgs

Por Cláudia Rodrigues

A essência do Instituto de Artes (IA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) tem um nome: Círio Simon. Professor doutor em História da Arte, o aposentado é um exemplo de vida em prol da cultura. Como se não bastasse, o professor Círio, como é carinhosamente chamado, é também responsável pelo Movimento Docente brasileiro. E, por conta disso, foi escolhido como o homenageado do ano pela Adufrgs-Sindical.

Na abertura do 6º Encontro Nacional do Proifes, realizado em Brasília entre 3 e 7 de agosto de 2010, o gaúcho de Passo Fundo foi recebido com a exibição de um vídeo-documentário sobre sua vida e obra. O filme, presente da Entidade a um de seus maiores colaboradores, emocionou a todos pela grandeza deste ser humano que trouxe à tona a história do Instituto de Artes da Ufrgs.

Em seu doutorado, no ano de 2006, Simon realizou um resgate dos documentos e da origem do IA. O resultado é parte importante da própria história de Porto Alegre e da Universidade. No momento, o material está sendo preservado por profissionais da Ufrgs que estão em busca de programas que disponibilizem o conteúdo para os estudantes. “Estamos avaliando os melhores meios de oferecer o material em espaços virtuais para graduandos em História e História das Artes Visuais, já que o Instituto mantém agora um curso superior na área”, comemora Simon.

Arte como identidade de uma civilização

A implementação do curso de graduação de História das Artes em várias universidades brasileiras, entre elas a Ufrgs, é um ponto que tem deixado o professor Círio muito contente. Ao final de sua gestão frente ao Instituto de Artes em 2006, 85% dos ingressantes eram aprovados no término da graduação.

Para ele, o que dá a identidade de uma civilização é a própria arte. Além disso, perplexo com a nossa sociedade, Simon acredita que arte também é “uma compensação para enfrentarmos a violência que vivemos cotidianamente”.

Mais trabalho depois da aposentadoria

Em 2006, aos 70 anos, o professor Círio Simon enfrentou a aposentadoria compulsória. No início ele achou difícil e até injusto. No entanto, alega que atualmente está trabalhando muito mais do que na época que estava na ativa. “Agora eu tenho que fazer tudo aquilo que eu sonhava e que chegou o momento para poder produzir”, brinca.

Ensino à distância e verdadeiras aulas que podem ser desfrutadas no site (<http://www.ciriosimon.pro.br>) e no blog (<http://profciriosimon.blogspot.com>) do professor consomem grande parte do seu tempo. “Posso trabalhar das cinco da manhã às 11 da noite”, avisa. Conforme sua nova experiência, Simon concluiu que o ensino à distância é muito mais trabalhoso do que o presencial, pois, apesar da separação física, há um contato mais direto com o aluno. Crítico e observador, o professor acha que o ensino presencial precisa de muito cuidado para não aumentar a rotina de linha de montagem que o mesmo se transformou.

Integrante da Adufrgs-Sindical, Círio Simon é um lutador pelos direitos e valorização dos professores. Apesar das dificuldades, carrega consigo um pensamento motivador e exemplar: “Sou da terceira geração de professores. Sinto-me muito recompensado, até por chegar aos 74 anos em plena atividade. Atribuo isso como um dos benefícios do próprio trabalho em si”.



Professor Círio por ele mesmo

Círio Simon quis ser artista plástico. Para isso realizou o Curso de Artes Plásticas no antigo Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, sendo orientado, entre 1958 e 1962, pela legendaria equipe da época, e convivendo com colegas que mantinham a mesma aspiração. Mas a vontade de ser artista plástico teve de ser superada pela atividade docente, que três gerações da sua família já haviam exercido.

Frequentou a Licenciatura de Desenho da Faculdade de Filosofia da Ufrgs, onde encontrou a confluência de todos os cursos de graduação e a elite dos seus estudantes e docentes. Formou-se em 24 de março de 1964. Atuou, até 1985, em salas de aulas populares e da periferia, ao longo dos anos de chumbo. Além de ganhar seu pão e de sua família, fez uma legião de amigos entre os docentes e os estudantes no Colégio São João, Cândido Godói, Luis Dourado, São Judas, Champagnat, José Mesquita e Rosário.


Acompanhou os seus colegas de graduação atuando como docente na Feevale e Faculdade Palestrina. Para dar suporte a essa atuação cursou a Especialização em Ensino Superior e depois o mestrado em Método em Técnicas de Ensino.

Em 1985 começou a se dedicar exclusivamente à docência atuando na Faculdade de Arquitetura e na Fabico, lecionando no Departamento de Artes do IA, além da vida sindical na Adufrgs. A partir de 1995 seguiu o programa de Doutorado em História na Puc-RS para atender as exigências que essa escolha lhe valeu.

Ao defender a sua tese, em 2002, ele esperava dedicar o resto de sua vida às atividades de pesquisa e de docência em grandes turmas, mas foi surpreendido pela vontade da comunidade do Instituto de Artes da Ufrgs para assumir a tarefa de 1º servidor da administração, posição que ocupou, até sua aposentadoria compulsória, em 2006.

Nessa sequência de vontades contrariadas, esqueceu de fazer uma carreira própria, nem teve tempo para procurar prêmios ou atravessar o Atlântico, o Equador, muito menos o Pacífico. Seus prêmios são os seus amigos e as suas viagens consistem na fidelidade à sua terra natal.

Afinal, se o sul-rio-grandense cuidar do seu ambiente e de todos aqueles que ali vivem, descobrirá que também é responsável por todo o projeto civilizatório que a república brasileira abriu para a cidadania.

Fonte: www.ciriosimon.pro.br 

Instituto de Artes da Ufrgs

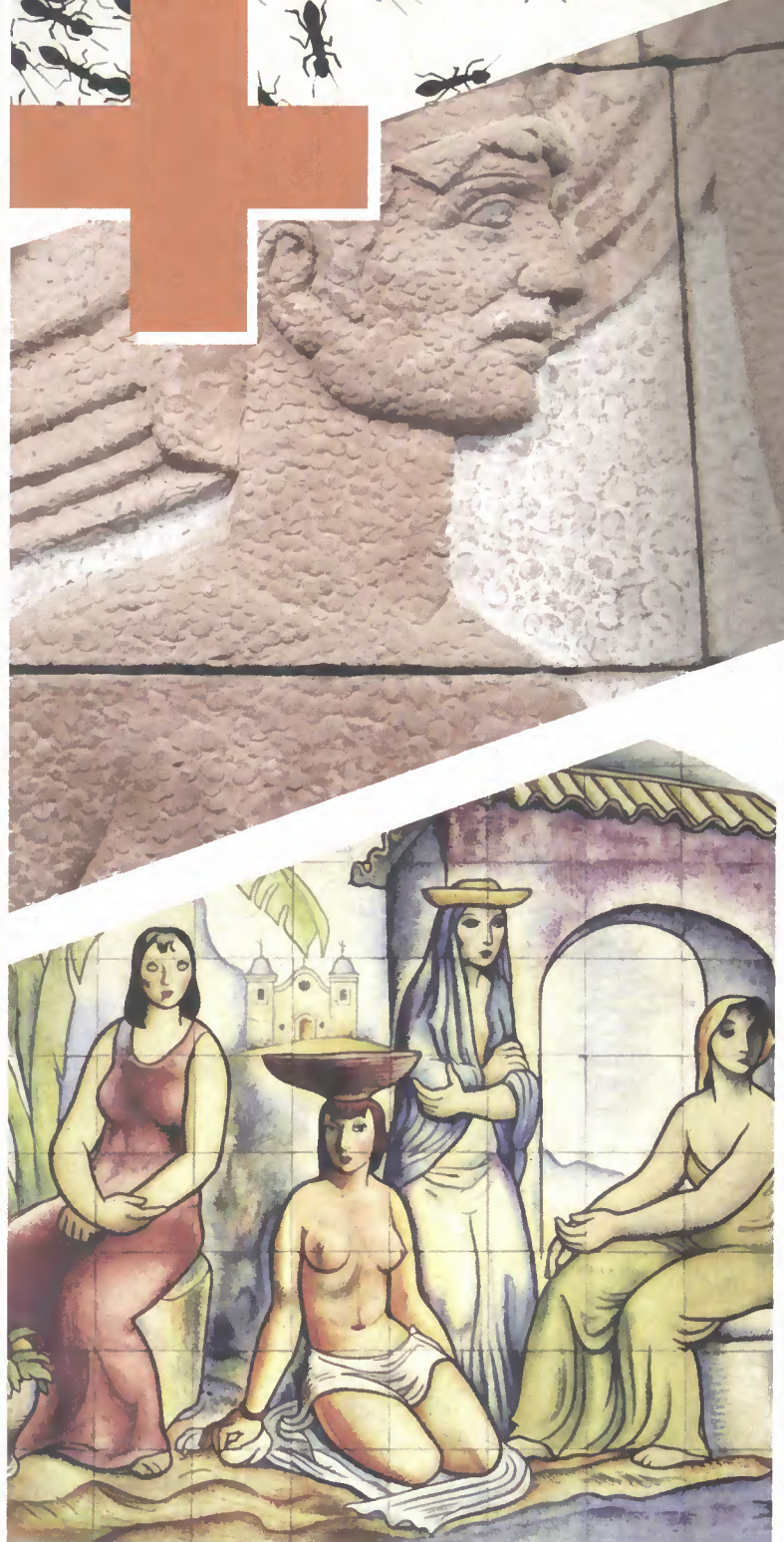
Fundado em 22 de abril de 1908, sob o nome de "Instituto de Bellas Artes", por iniciativa de um grupo de intelectuais e artistas liderado por Olinto de Oliveira, o Instituto de Artes da Ufrgs é hoje uma das prestigiadas e tradicionais escolas de Artes do Brasil. Em mais de 100 anos de atividades, as ações concretas e as práticas simbólicas dos artistas e professores vinculados ao Instituto de Artes representaram, e representam, parte essencial do patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio Grande do Sul, organizando e fomentando o saber artístico através do ensino e da pesquisa, democratizando o acesso à cultura pelas atividades de extensão, contribuindo para a preservação da memória da arte gaúcha e incentivando os estudantes a trilhar novas veredas estéticas.

A unidade acadêmica é composta atualmente pelos Departamentos de Artes Visuais, de Arte Dramática e de Música e pelos Programas de Pós-Graduação em Música, em Artes Visuais e em Artes Cênicas. Possui mais de 100 professores, 41 funcionários do corpo técnico-administrativo e 813 alunos regularmente matriculados na Graduação e na Pós-Graduação. O IA/Ufrgs mantém convênios de intercâmbio e pesquisa com reputadas universidades nacionais e internacionais.

Seus Programas de Pós-Graduação estão entre os melhores do País. Para 2010, o Instituto de Artes prepara sua expansão com a criação do Curso de Graduação em História da Arte.

O IA/Ufrgs é responsável por um vasto programa de Extensão que apresenta o melhor da produção artística e acadêmica de professores e alunos durante o período letivo. Essas atividades culturais, que têm entrada franca, ocorrem geralmente nos espaços mantidos pelo Instituto de Artes: a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, o Auditorium Tasso Corrêa, o Teatro do DAD - Sala Alziro Azevedo e o Teatro Universitário - Sala Corpo Santo. Destaca-se também o Acervo Artístico do IA, com a maior coleção pública de arte do Rio Grande do Sul, que teve início em 1908 e hoje preserva mais de 600 peças dos principais artistas gaúchos do último século.

Fonte: <http://www.artes.ufrgs.br>



+1 Museu

Algumas das 16.088 peças do acervo composto por obras de pintura, escultura, desenho e gravura brasileira e estrangeira dos séculos anteriores até a contemporaneidade estão no Museu Nacional de Belas Artes. Arte decorativa, mobiliário, gliptíca, medalhística, arte popular e um conjunto de peças de arte africana também fazem parte deste importante espaço que teve origem no conjunto de obras de arte trazido de Portugal por D. João VI, em 1808.

+ 1 Site

Com texto de apresentação de Muniz Sodré, a Biblioteca Nacional Digital do Brasil (<http://bndigital.bn.br>) possui um amplo campo de pesquisa de documentos históricos. Obras ilustres e variadas podem ser baixadas para leitura virtual. No site também é possível fazer uma visita à Biblioteca Nacional.



